

## Recomposições do trabalho da mulher na agricultura: uma análise temporal

Sofia Cardim, Natália Vara

<sup>1,2</sup> Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal. E-mail de contacto: [sofiacardim@ipb.pt](mailto:sofiacardim@ipb.pt)

**Resumo:** A par de outros setores de atividade, as mulheres desempenham um papel cada vez mais ativo na Agricultura. No entanto, o seu papel, apesar de ser de uma importância extrema, nem sempre foi visível. Assumindo como questão de investigação “De que forma evoluiu o papel e o contributo da mulher na área agrícola, desde o início do século XX até à atualidade, na economia portuguesa?”, a partir da qual se formularam cinco objetivos específicos respeitantes à evolução do papel da mulher na Agricultura, no que respeita a participação, ganho e educação, recorreu-se a uma metodologia semi-quantitativa, com base em fontes secundárias de dados, com um caráter marcadamente descritivo, de forma a dar resposta aos objetivos propostos. Como conclusões, destaca-se que apesar de ao longo do século XX e até, essencialmente, ao final da década de sessenta, a mulher ter assumido um papel de invisibilidade (forçadamente imposto de forma social), o seu papel foi fundamental, uma vez que foi colmatando falhas na mão-de-obra, contrabalançando também o parco rendimento do agregado familiar e cuidando dos campos, não deixando estes ao abandono. Na atualidade, a mulher na Agricultura assume um papel de destaque, estando presente em todas as esferas analisadas, seja como produtora agrícola, ou como dirigente agrícola. Possui elevados níveis de escolaridade, posicionando-se através de um forte processo de profissionalização, que lhe permite uma presença sustentável num mercado de trabalho concorrencial e num setor de atividade que, apesar de muitas vezes negligenciado, é fundamental para a sobrevivência humana. Destaca-se, no entanto, a perniciosa desigualdade salarial que teima em persistir entre os coletivos masculino e feminino, neste setor de atividade.

**Palavras-chave:** Taxa de atividade, mulher, agricultura, evolução, contribuição.

## Recompositions of women's work in agriculture: a temporal analysis

**Abstract:** Along with other activity sectors, women play an increasingly active role in Agriculture. However, its role, despite being extremely important, was not always visible. Based on the research question ‘How has the role and contribution of women in agriculture evolved in the Portuguese economy from the beginning of the 20th century to the present day?’, which five specific objectives were formulated regarding the evolution of women's role in Agriculture, in terms of participation, earnings and education, a semi-quantitative methodology was used, based on secondary data sources, with a markedly descriptive nature, to respond to the proposed objectives. In conclusion, it is highlighted that although throughout the 20th century and until, essentially, at the end of the 1960s, women assumed a role of invisibility (forced to be socially imposed), their role was fundamental, since which was filling labour gaps, also counterbalancing the family's meagre income, and taking care of the fields, not leaving them abandoned. Women in Agriculture play a prominent role in all analysed spheres, whether as agricultural producers or rural managers. Women have a high level of education, positioning themselves through a robust professionalisation process, which allows them a sustainable presence in a competitive job market and a sector of activity that, despite being often neglected, is fundamental for human survival. However, the pernicious salary inequality persists between male and female groups in this sector of activity.

**Keywords:** Activity rate, women, agriculture, evolution, contribution.

## 1. Introdução

Atualmente, as mulheres desempenham um papel ativo e importante na agricultura portuguesa, tanto como trabalhadoras rurais quanto como gestoras de propriedades agrícolas. Nesse sentido, irá ser realizada uma retrospectiva ao papel da mulher na área agrícola em momentos distintos do século XX, contrapondo com o seu papel nas duas primeiras décadas do século XXI, que foram anos repletos de mudanças demográficas, económicas e, conseqüentemente, sociais (Gomes, 2022). Importa também destacar o aumento das investigações sobre mulheres (Bouquet, 1986; Gomes et al., 2022; Delgado, 2017; Vaquinhas, 2009; Wall, 1986) e do seu papel em diversas esferas da sociedade, bem como a crescente recetividade e visibilidade que este tema (no seu sentido mais amplo), tem tido nas últimas décadas. Não obstante, e a par de outras áreas associadas ao emprego e às condições de trabalho, este é um setor de atividade que ainda necessita de um maior esforço de investigação (Delgado, 2017), no sentido de uma maior mobilização de conhecimento que promova a continuidade do caminho já percorrido em direção à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Assim, o presente artigo encontra-se organizado da seguinte forma: primeiramente é realizada uma contextualização da evolução do papel na mulher na agricultura, assumindo por base uma revisão de literatura. Procuraram-se incluir não apenas autores nacionais, mas também internacionais, considerando-se o olhar exterior, como uma mais-valia para uma abordagem mais completa e desestereotipada ao tema em análise. Após esta contextualização, é realizada uma abordagem não exaustiva a algumas das principais linhas e políticas promotoras da igualdade e não discriminação nacionais e comunitárias.

De seguida são abordadas as principais linhas metodológicas, definidas a partir da questão de investigação “De que forma evoluiu o papel e o contributo da mulher na área agrícola, desde o início do século XX até à atualidade, na economia portuguesa?”, questão a partir da qual são desafiados os objetivos específicos da presente investigação. Finalmente, são apresentados os principais resultados da investigação, bem como as conclusões e limitações encontradas pelas autoras.

## 2. A evolução do papel da mulher na agricultura

Durante o período da ditadura em Portugal, que teve início em 1926 e terminou em 1974, o papel das mulheres na agricultura era observado como bastante tradicional e limitado. A sociedade portuguesa era predominantemente rural no início do período considerado, desempenhando a agricultura um papel importante, tanto a um nível macro, na economia do país, como a um nível micro, no sustento das unidades familiares (Wall, 1986).

As mulheres enfrentavam várias restrições e desigualdades, que na atualidade facilmente se enquadrariam numa visão associada aos estereótipos de género. O conceito de estereótipo foi introduzido por Walter Lippmann, na obra *Public Opinion*, em 1922 e consiste no estabelecimento de balizas que determinadas crenças e valores históricos, sociais e culturais instituem em grupos ou coletivos da sociedade, com possíveis e distintas desagregações, como o género, a idade, a etnia ou mesmo a religião, entre muitos outros. Efetivamente, e clarificando os conceitos de sexo e de género; o sexo corresponde a uma distinção biológica e o género ao construto social, que ao longo dos séculos, sociedades e geografias, se foi demarcando por distintas perceções

e enquadramentos, que moldaram os comportamentos dos coletivos masculino e feminino.

Voltando ao período histórico considerado (1926 a 1974), essencialmente desde o início até meados deste período, a visão predominante era de que o lugar das mulheres era no ambiente doméstico, nomeadamente, no cuidado da casa e da família, enquanto os homens eram responsáveis pelo trabalho agrícola (Coelho, 2010; Silva, 2010). Essa visão refletia as normas sociais da época, que enfatizavam a divisão tradicional de género e o papel subordinado das mulheres (Barreto, 2002). A economia era marcadamente agrícola e, numa fase inicial do Estado Novo, apenas cerca de 17% das mulheres tinham um papel considerado ativo, em termos de mercado de trabalho (Cova & Pinto, 1997). No entanto, as mulheres que tinham necessidade de recorrer ao trabalho no campo para prover o seu sustento, ou auxiliar no parco rendimento familiar, eram geralmente analfabetas, “sendo negativamente julgadas pela sua condição de miséria” (Bellato, 2023, p.83). Acrescia o esforço mais do que redobrado na multiplicidade de tarefas que comumente tinham de desempenhar (Carmo, 2010).

As mulheres que trabalhavam na agricultura, geralmente, estavam envolvidas em atividades consideradas como femininas, como a colheita manual de produtos agrícolas, ou a criação de animais de pequeno porte. “Portugal tinha grande parte da população portuguesa (a viver) no campo, e as mulheres precisavam (de) atuar intensamente no sustento do lar” (Gonçalves & Machado, 2021, p.350). Contudo, muitas mulheres desempenhavam um papel essencial na economia agrícola, mesmo que as suas contribuições não fossem reconhecidas oficialmente, pois numa época em que a sociedade era pautada pela ruralidade, em que o emprego escasseava, os salários eram baixos, sendo apenas quase acessível aos homens, o que era cultivado por elas, poderia representar a diferença entre a fartura ou a fome, no seio do agregado familiar. Assim, e apesar de o trabalho ser considerado como não remunerado, numa época em que os salários não eram elevados, esta contribuição feminina era fundamental, para a consolidação do rendimento familiar.

As mulheres trabalhavam longas horas nos campos, participando de todas as etapas da produção agrícola, desde a plantação até à colheita. Adicionalmente, muitas mulheres assumiam ainda a responsabilidade pela administração das propriedades rurais, quando os homens estavam ausentes, por motivos de trabalho em outras atividades ou pela participação em conflitos políticos e bélicos, como foi o caso da guerra nas (ex)colónias portuguesas (Barreto, 2002).

A economia portuguesa da década de cinquenta e de sessenta do século XX foi marcada por dois grandes movimentos populacionais que condicionaram de forma profunda o mercado de trabalho. Ocorreram grandes fluxos migratórios para países recetores de mão-de-obra portuguesa como a França, a Alemanha e o Brasil, de pessoas que buscavam rendimentos que lhes permitissem o acesso a uma vida melhor. Eram essencialmente os homens, que numa primeira fase se deslocavam, procurando trabalho e melhores condições de vida. Ocorria por vezes o facto de que, numa fase mais tardia e quando já se encontravam organizados, as mulheres (esposas) se juntavam, acabando muitas vezes por prosseguir as suas vidas nos países de destino. Esta mão-de-obra era caracterizada por baixa escolaridade e por continuar com uma ligação muito forte ao território nacional. A viagem de ida e a sua permanência era considerada como transitória e o objetivo era quase sempre o regresso à sua terra natal.

A guerra colonial foi também um fator que deu origem a um fluxo populacional, essencialmente masculino, de Portugal em direção a alguns países africanos, durante a década de sessenta (Baptista,1994; Barreto, 2002). Apenas por volta do ano de 1975, no seguimento dos diversos movimentos de independência de países como Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, retornam a Portugal, aproximadamente, 500 000 pessoas, o que conduziu a um aumento de cerca de 7% da população residente (Barreto, 2002).

Todos estes movimentos tiveram uma grande influência no emprego feminino (não apenas no emprego agrícola). Assim, “em 1950 as mulheres representavam 20,6% da população ativa agrícola, e apenas 9,1% dez anos mais tarde” (Cova & Pinto, 1997, p. 76). Esta percentagem era falsamente determinada, uma vez que existia a figura da doméstica (mulher que trabalhava no cuidado do lar), mas que em muitos casos se dedicava também, em grande medida, ao trabalho agrícola.

A fase que antecedeu o final da ditadura (1974) foi marcada pela expansão de outras atividades económicas (indústria e serviços), nas quais as mulheres foram encontrando lugar, assumindo uma cada vez maior participação no mercado de trabalho remunerado (Silva, 2010). Diversas condicionantes legais e sociais estiveram na base destas transformações, nomeadamente, “o acesso legalmente garantido a todas as profissões, incluindo aquelas que lhes estavam formalmente vedadas: magistratura, forças armadas, polícias, etc.” (Barreto, 2002, p.41).

No que concerne ao trabalho agrícola, começou a ocorrer uma diminuição de efetivos tanto de homens, como de mulheres), em virtude do aparecimento de trabalhos mais bem remunerados, mas também de uma crescente introdução de equipamentos e máquinas agrícolas que libertavam mão-de-obra para os outros setores de atividade. Ainda segundo Barreto (2002, p.42):

“Os setores de atividade da população ativa e empregada mostram (...) uma muito forte baixa da população no setor primário, de 45% em 1960, para 11% em 1995; uma mais ligeira oscilação do setor secundário, entre 29% e 35%, ao longo do último período, mas apenas entre 32% e 35% nos últimos vinte anos; e uma profunda alteração do setor dos serviços, que passou de cerca de 26%, no princípio dos anos 60, para quase 56%, em 1995”.

A par do exposto e com a introdução da Lei de Bases do Sistema Educativo de 14 de outubro de 1986, a escola passa progressivamente a estar acessível a um cada vez maior número de estudantes, o que se reflete também não apenas na escolaridade, mas de uma forma gradual nas profissões, que vão sofrendo alterações em essência e em designação. De forma indubitável, verifica-se uma diminuição dos níveis de analfabetismo e também um acesso a níveis cada vez mais elevados de escolaridade, contribuindo para um aumento de competências e para a consciencialização da população para a importância da frequência escolar (Barreto, 2002; Silva, 2010). Por outro lado, o facto da educação pré-escolar ser cada vez mais generalizada e abrangente, liberta mão-de-obra, essencialmente feminina para o mercado de trabalho.

Todas estas condicionantes fazem com que o papel desempenhado pela mulher portuguesa na área agrícola tenha sentido uma transformação profunda (Silva, 2010). Essencialmente, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI assistiu-se a uma progressiva profissionalização das profissionais deste setor, que a par de uma diminuição da participação masculina, começa a dar um destaque cada vez maior a uma

participação feminina que durante décadas, apesar de essência, permaneceu praticamente invisível.

### 3. Políticas promotoras da igualdade

Face ao exposto na secção anterior, importa destacar que as sucessivas mudanças ocorridas no papel da mulher no contexto português foram o resultado do desenvolvimento de diversas políticas nacionais e comunitárias, que contribuíram para que tal acontecesse (Cerqueira & Cabecinhas, 2012).

De forma preconizadora, através da introdução do Decreto-Lei 392/97, de 20 de setembro, foi definida a composição, competências e funcionamento da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, de forma a garantir às mulheres a igualdade com os homens no que respeita a oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego (Monteiro, 2010).

De destacar a Política Agrícola Comum (PAC), que sendo uma das políticas mais importantes da União Europeia, instituída pelo Tratado de Roma, assinado a 25 de março de 1957 (Carvalho, 2008), começou a ser implementada em 1962 na então Comunidade Económica Europeia (CEE), da qual Portugal passou a ser membro em 1986. A PAC não só esteve na base do desenvolvimento, segurança e da estabilidade do setor agrícola (Carvalho, 2008), como também passou a incluir medidas específicas para apoiar a participação feminina na agricultura, bem como diversos incentivos que promovem a participação de jovens agricultores e agricultoras no setor, incluindo formação e apoios financeiros e de criação de empresas e explorações agrícolas.

No que respeita à igualdade de género, a União Europeia tem também implementado estratégias específicas promotoras da igualdade e não discriminação. Estas políticas incluem objetivos e medidas que pretendem eliminar as desigualdades em áreas transversais da sociedade, não sendo o setor agrícola exceção. No contexto nacional, importa destacar a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal Mais Igual (ENIND), que foi publicada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, reformulada pela nova Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto e que se encontra em alinhamento com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes da Agenda 2030. A ENIND assenta em três planos de ação específicos, designadamente, o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH), que tem por objetivo a definição de estratégias que visam a eliminação da discriminação em razão do sexo e igualdade entre mulheres e homens; o Plano de Ação para a prevenção e o combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (PAVMVD) e o Plano de Ação para o combate à discriminação em razão da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género, e Características sexuais (PAOIEC) (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2023).

De forma adicional, também os diversos programas direcionados para o desenvolvimento rural (Programa de Desenvolvimento Rural [PDR]), que são financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), incluem medidas para apoiar as mulheres no setor agrícola, proporcionando mais formação, acesso a recursos e oportunidades no âmbito do empreendedorismo.

É também de destacar o papel do associativismo no feminino tanto nas condições de desenvolvimento das profissões agrícolas, como no apoio à formação, ao empreendedorismo e à inovação do setor, destacando-se associações como a

Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais (MARP), entre outras, com um forte direcionamento para as empresas agrícolas de cariz familiar.

Todas estas políticas nacionais e comunitárias têm sido fundamentais para promover a transformação do papel das mulheres na agricultura portuguesa, contribuindo para uma maior visibilidade, profissionalização e valorização do seu trabalho no setor.

#### 4. Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho assentou, essencialmente, numa análise semi-quantitativa, mas com características marcadamente descritivas, com recurso a informação (dados secundários, isto é, não recolhidos diretamente pelas investigadoras) contida em bases de dados oficiais que, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2007) se afirmam fundamentais para estudar fenómenos macrosociais. A recolha e análise destes dados foi previamente suportada por uma revisão de literatura sobre o tema.

Partindo da questão de investigação “De que forma evoluiu o papel e o contributo da mulher na área agrícola, desde o início do século XX até à atualidade, na economia portuguesa?”, foi conduzida uma investigação, que envolveu a análise de diferentes tipos de documentos, como os dados da população, entre os anos indicados, e artigos científicos relevantes sobre o tema, com o objetivo de dar resposta à questão de investigação formulada.

As fases seguidas na recolha documental e respetiva investigação foram as seguintes: seleção dos documentos, organização dos documentos selecionados, extração da informação relevante, análise e interpretação, identificação de padrões, tendências e relações da informação constante nos documentos, comparação da informação selecionada a partir das diversas fontes e documentos, seleção de indicadores, elaboração de gráficos comparativos, redação dos resultados, sua discussão e apresentação das principais conclusões e limitações encontradas.

Dado tratar-se de uma investigação semi-quantitativa, com um carácter estatístico eminentemente descritivo, foram definidos os seguintes Objetivos Específicos (OE), que pretendem desagregar e dar resposta à questão de investigação formulada:

- OE1 – Identificar se a evolução da mão-de-obra agrícola feminina acompanhou a taxa de atividade feminina em Portugal, no período considerado.
- OE2 – Verificar se ocorreu uma redução do diferencial entre produtores e produtoras agrícolas, no período considerado.
- OE3 - Verificar se ocorreu uma redução do diferencial entre dirigentes agrícolas (homens e mulheres), no período considerado.
- OE4 – Constatar se ocorreu diminuição entre a disparidade do ganho médio mensal entre trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, no período considerado.
- OE5 – Verificar se tem ocorrido aumento das diplomadas e dos diplomados e de estudantes inscritos nas áreas de Agricultura, no período considerado.

A opção pela seleção de objetivos específicos (em vez de hipóteses de investigação) justifica-se pelo facto de se ter desenvolvido uma análise semi-quantitativa descritiva. Os objetivos específicos definidos são utilizados para apoiar e orientar a descrição das características associadas a uma amostra da população sem, no entanto, se testarem relações causais. Esta definição de objetivos ajudou a estruturar a recolha de dados de forma a obter-se uma imagem clara e detalhada da evolução do conjunto de indicadores associados ao fenómeno em questão. Um percurso metodológico semelhante é utilizado por autores como Goh et al. (2016).

Assim, o estudo baseia-se numa metodologia semi-quantitativa, com recurso a análise documental e análise de dados estatísticos recolhidos a partir de fontes oficiais, privilegiando-se o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Pordata.

## 5. Principais resultados

Da investigação realizada destaca-se primeiramente uma grande mudança na denominação e composição das profissões que integram os diversos recenseamentos da população, que inviabiliza a possibilidade de uma comparação precisa (Carrilho, 1996). Constatou-se que na década de cinquenta do século XX, existia a profissão de camponesa, que correspondia à mulher que, para além do trabalho doméstico não remunerado (cuidado da casa e dos filhos ou de outras pessoas dependentes), também se ocupava das tarefas relacionadas com a agricultura. Este trabalho constituía um grande complemento ao rendimento do agregado familiar, uma vez que os salários eram auferidos, na sua grande maioria pelo “chefe de família”, não eram elevados e, em alguns casos, os agregados familiares eram ainda numerosos. Adicionalmente, existia também a profissão de doméstica, que a partir do recenseamento de 1970 passou a representar a pessoa que não desempenhava qualquer atividade económica.

À medida que se vai caminhado em direção ao século XXI, com a introdução de sucessivas alterações legislativas que, de forma progressiva, vão trazendo mais liberdade às mulheres, a dependência deste setor de atividade, como forma de autossustentação também vai diminuindo. Por outro lado, existem diversos fatores como a crescente terceirização e a redução da taxa de natalidade vão abrindo outros caminhos profissionais às mulheres em termos de opções de trabalho remunerado (Barreto, 2002).

Já no século XXI, constata-se uma dualidade na relação entre a mulher e o setor agrícola. Se, por um lado, existe ainda alguma expressividade de mulheres que se dedicam à agricultura de forma mais tradicional, existe um número crescente de mulheres com elevado potencial técnico e científico (decorrente do generalizado aumento do nível de escolaridade e da potencialização da presença feminina no Ensino Superior), que vivem a profissão de forma menos tradicional, mais moderna e mais tecnológica.

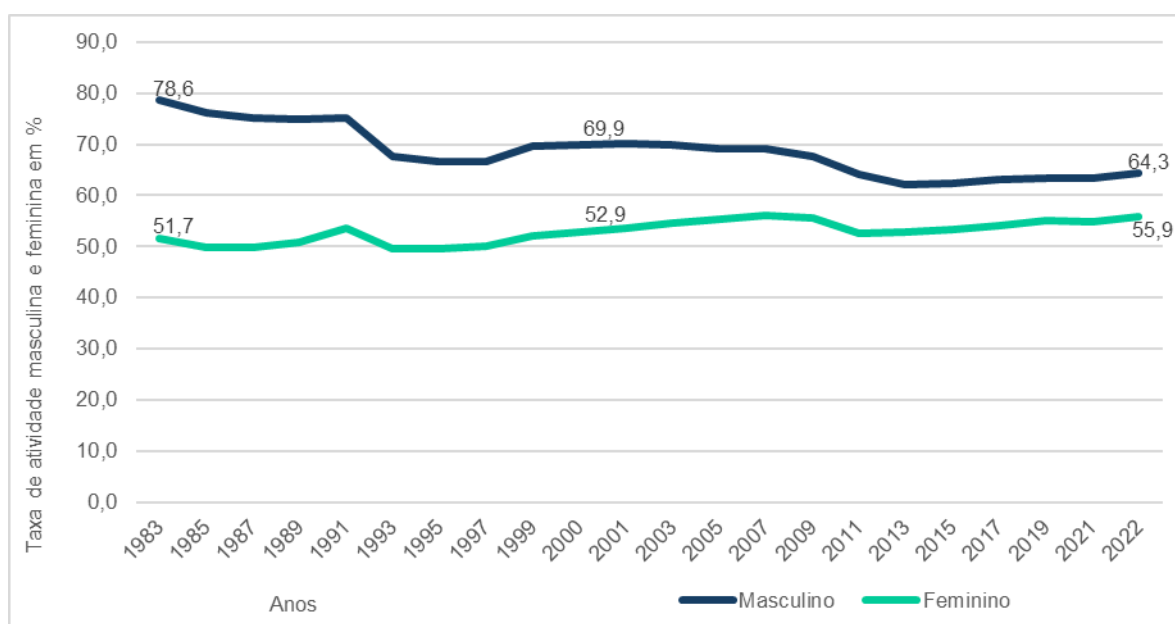
A luta pela igualdade de género e pelos direitos das mulheres na agricultura só ganhou força após o fim da ditadura, com a consolidação da democracia em Portugal (Wall et al., 2014). A partir da década de 1970, houve avanços significativos na conquista de direitos e na igualdade de oportunidades para as mulheres em diferentes setores da sociedade, incluindo a agricultura (Barreto, 2002).

O primeiro indicador a ser analisado foi a taxa de atividade<sup>1</sup>, uma vez que se considera se relevante para a compreensão da evolução da mulher no mercado de trabalho remunerado. Não obstante este indicador ter sofrido diversas quebras de série, concretamente, nos anos de 1992, 1998 e 2011, em função de ajustamentos legais, conceptuais e metodológicos, continua a ser um bom indicador para aferir a participação dos coletivos feminino e masculino no mercado de trabalho remunerado.

Assim, a figura seguinte (Figura 1) evidencia a evolução da taxa de atividade feminina e masculina entre os anos de 1983 (primeiro ano disponibilizado pelo Pordata,

<sup>1</sup> De acordo com a metainformação do Instituto Nacional de Estatística (INE) (Pordata, 2024a), este indicador representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos de idade, considerando ativos como a mão de obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores e as trabalhadoras que estão empregados e desempregados.

para este indicador) e 2022 (último ano com disponibilidade de dados, assumindo a mesma fonte).



**Figura 1: Evolução da taxa de atividade feminina e masculina. Portugal 1983 a 2022.**

Fonte: Elaborado pelas autoras tendo por base dados disponibilizados na Pordata (2024a).

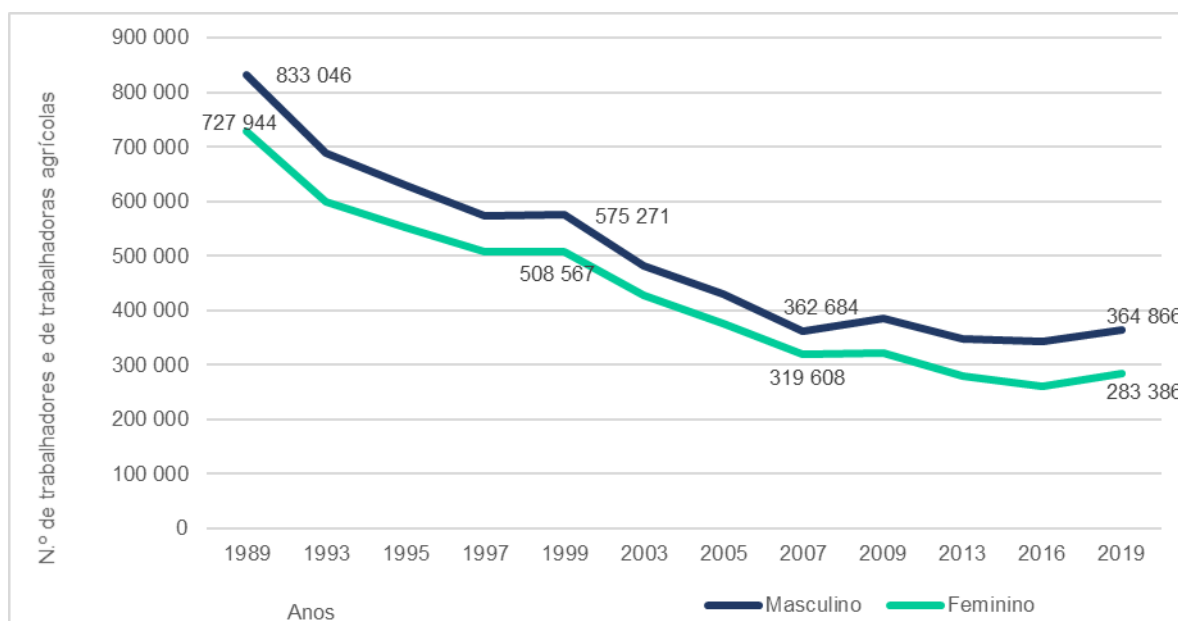
Facilmente se percebe que o diferencial entre a taxa de atividade masculina e feminina foi diminuindo, sendo o seu diferencial, em 1983, de 26,9 pontos percentuais; enquanto no ano 2000 era de 10,0 pontos percentuais, correspondendo a uma diminuição da diferença entre os dois coletivos de 9,9 pontos percentuais em 17 anos. A diferença continuou a diminuir ainda que a um ritmo decrescente e, no ano de 2022, esse diferencial era de 8,4 pontos percentuais.

Esta crescente integração das mulheres no mercado de trabalho remunerado teve a ver com um conjunto de alterações históricas, legais, sociais e culturais, que não só possibilitaram, como impulsionaram o aumento do emprego feminino, destacando-se a emancipação feminina, a diminuição da taxa de natalidade, a terceirização da atividade económica, entre muitas outras (Barreto, 2002). No que respeita à mão-de-obra agrícola, considerando a sua globalidade, também existem diferenças consideráveis em termos de números, entre trabalhadores e trabalhadoras agrícolas.

Para a presente análise, considera-se os subgrupos mão-de-obra familiar<sup>2</sup> e a mão-de-obra não familiar<sup>3</sup> de forma conjunta, considerando a mão-de-obra agrícola como o conjunto desses trabalhadores e trabalhadoras. Assim, a figura seguinte (Figura 2) mostra a evolução de trabalhadores e de trabalhadoras agrícolas, entre 1989 (primeiro ano disponível) e 2019 (último ano com disponibilidade de dados, para a mesma fonte).

<sup>2</sup> De acordo com a metainformação do INE (Pordata, 2023a), a mão-de-obra agrícola compreende a mão-de-obra familiar, que inclui todas as pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor ou da produtora, que não pertencendo ao seu agregado doméstico trabalham regularmente na exploração.

<sup>3</sup> De acordo com a metainformação do INE (Pordata, 2023a), considera-se a mão-de-obra não familiar como todas as pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da mesma, que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.



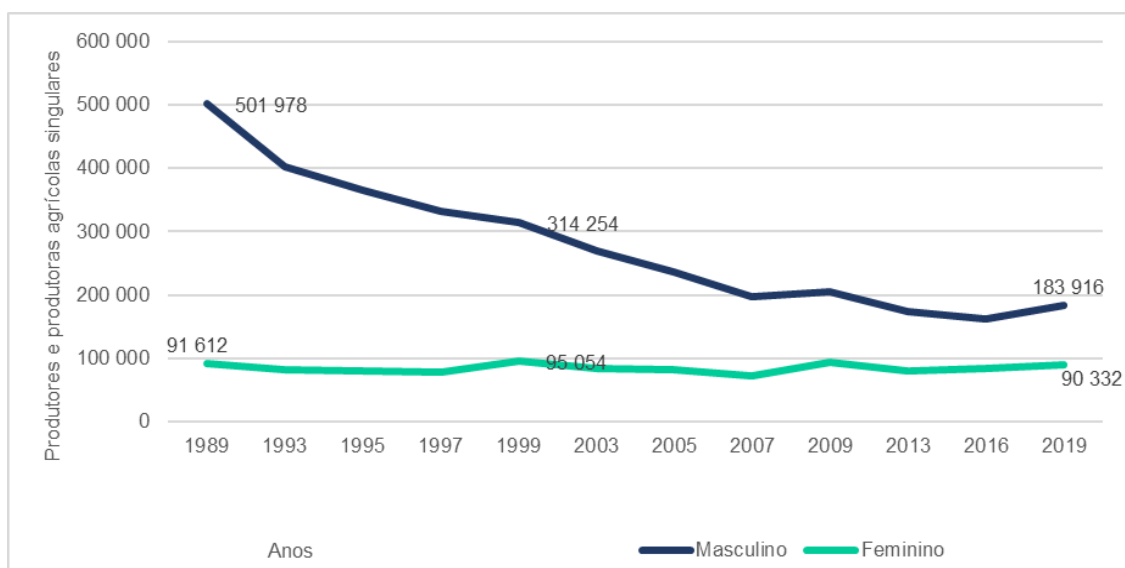
**Figura 2: Evolução da mão-de-obra agrícola. Portugal 1989 a 2019.**

Fonte: Elaborado pelas autoras tendo por base dados disponibilizados na Pordata (2023a).

Pela análise da figura anterior, percebe-se a diminuição do número global destes ativos (tanto de homens como de mulheres). No entanto, quando se analisa o diferencial entre os dois coletivos, no ano de 1989 o coletivo masculino era superior em 105 102 ativos, face ao coletivo feminino; em 1999 essa diferença tinha caído para 66 704 ativos, em apenas 11 anos. Observa-se que o ano de 2007 é pautado por um ponto de inflexão, em que o diferencial de mão-de-obra agrícola, entre os coletivos masculino e feminino atinge um valor mínimo de 43 076 ativos. A partir deste ano, a diferença tem vindo a aumentar até atingir 81 480 ativos, no ano de 2019.

No que concerne aos produtores e às produtoras agrícolas<sup>4</sup> singulares, tem ocorrido também uma diminuição acentuada deste grupo profissional, na sua globalidade. A figura seguinte (Figura 3) ilustra a evolução desta categoria, entre os anos de 1989 e 2019, para os coletivos masculino e feminino. Também, neste caso, se percebe que, apesar de existir uma grande diferença entre os dois grupos, o seu diferencial tem vindo a diminuir. Assim, enquanto no ano de 1989 a diferença era de 410 366 efetivos, entre produtores e produtoras agrícolas, no ano de 1999 essa diferença era de apenas 219 200, ou seja, diminuiu para cerca de metade, em apenas 11 anos. O período compreendido entre 2003 e 2019 é também pautado por uma diminuição acentuada para este grupo profissional. O diferencial entre os coletivos masculino e feminino, no ano de 2003 era de 186 151; enquanto em 2019 foi de 93 586. O ano em que esse diferencial foi menor, de acordo com os anos para os quais há dados disponíveis, foi o ano de 2016, em que o diferencial entre homens e mulheres foi de apenas 79 551 pessoas.

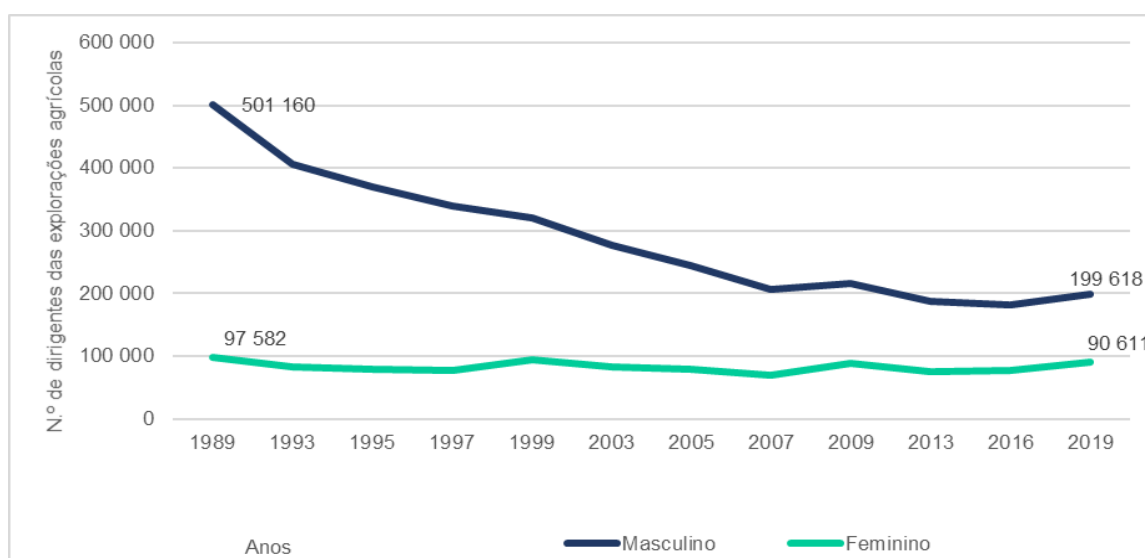
<sup>4</sup> De acordo com a metainformação do INE (Pordata, 2023b), entende-se por produtor ou produtora agrícola a pessoa responsável jurídica e economicamente pela exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.; por produtor ou produtora agrícola singular compreende-se a pessoa física, englobando o produtor ou a produtora autónoma e o produtor empresário ou a produtora empresária, daqui se excluindo sociedades, cooperativas, ou mesmo o Estado.



**Figura 3: Evolução dos produtores e das produtoras agrícolas. Portugal 1989 a 2019.**

Fonte: Elaborado pelas autoras tendo por base dados disponibilizados na Pordata (2023b).

No que respeita à categoria dirigentes de explorações agrícolas<sup>5</sup>, também foram observadas grandes alterações nesta categoria profissional. Assim, e de acordo com a informação constante da figura seguinte (Figura 4), é possível observar-se uma diminuição acentuada de dirigentes agrícolas do sexo masculino, enquanto o número de dirigentes agrícolas do sexo feminino se foi mantendo sensivelmente constante, entre 1989 e 2019. O diferencial entre homens e mulheres nesta categoria era de 403 578 ativos em 1989 e de 109 007 em 2019. O ano em que se registou um diferencial menor foi 2016, com 103 663 efetivos.



**Figura 4: Evolução dos dirigentes e das dirigentes agrícolas. Portugal 1989 a 2019.**

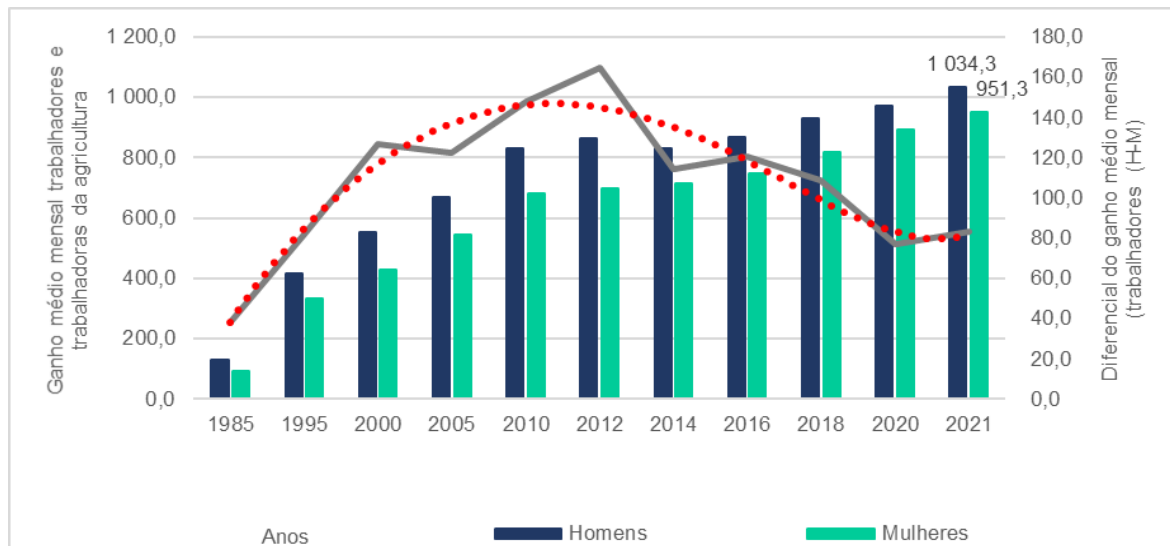
Fonte: Elaborado pelas autoras tendo por base dados disponibilizados na Pordata.(2023c).

<sup>5</sup> De acordo com a metainformação do INE (Pordata, 2023c), por dirigente agrícola compreende-se a pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e que tem nela obrigatoriamente uma ocupação regular, incluindo a tomada de decisões respeitantes aos trabalhos a realizar na exploração e às operações sem grande repercussão económica, no andamento da exploração.

A questão salarial importa também analisar, uma vez que se tem pautado, em diversas profissões, por grandes assimetrias, entre homens e mulheres. Apesar dos esforços legais no sentido de igualar salários, efetivamente, essa igualdade ainda não acontece, sendo a agricultura um dos casos em que se evidenciam disparidades salariais, tanto no caso do trabalho legalmente declarado, como no caso do trabalho informal, e que não é legalmente declarado, mas que se revela essencial em épocas específicas, como as vindimas, a apanha da castanha ou da azeitona, entre outras. Atualmente recorre-se em muitos casos a mão-de-obra oriunda de outros países, uma vez que em localidades essencialmente situadas na zona interior do país, a população é bastante envelhecida, não havendo recursos humanos para suprir esta necessidade.

Por falta de dados relativamente à economia informal, irá ser abordada a questão salarial apenas relativamente ao ganho médio mensal<sup>6</sup> dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor, ficando excluída da análise toda a mão de obra que opera “à jorna” ou “à jeira”, havendo também no mercado informal elevadas assimetrias. Também neste caso são verificadas grandes assimetrias entre o ganho médio mensal de trabalhadores e de trabalhadoras.

A figura seguinte (Figura 5) ilustra a evolução entre este indicador (ganho médio mensal de trabalhadores e de trabalhadoras agrícolas), entre os anos de 1985 e 2021 (uma vez mais, destaca-se a opção metodológica das autoras pelo recurso à mesma fonte de dados, razão pela qual os anos de análise dos diversos indicadores apresentados não são coincidentes), assim como o respetivo diferencial salarial e uma linha de tendência do diferencial, com um ajustamento polinomial (selecionada em virtude de representar um melhor ajustamento ao respetivo diferencial). Também esta série temporal de dados sofreu diversas alterações metodológicas e a que correspondem quebras de série, nomeadamente nos anos de 1995, 2003, 2007, 2010 e 2014 que por uma questão de simplificação da análise, não se encontram aqui representadas.



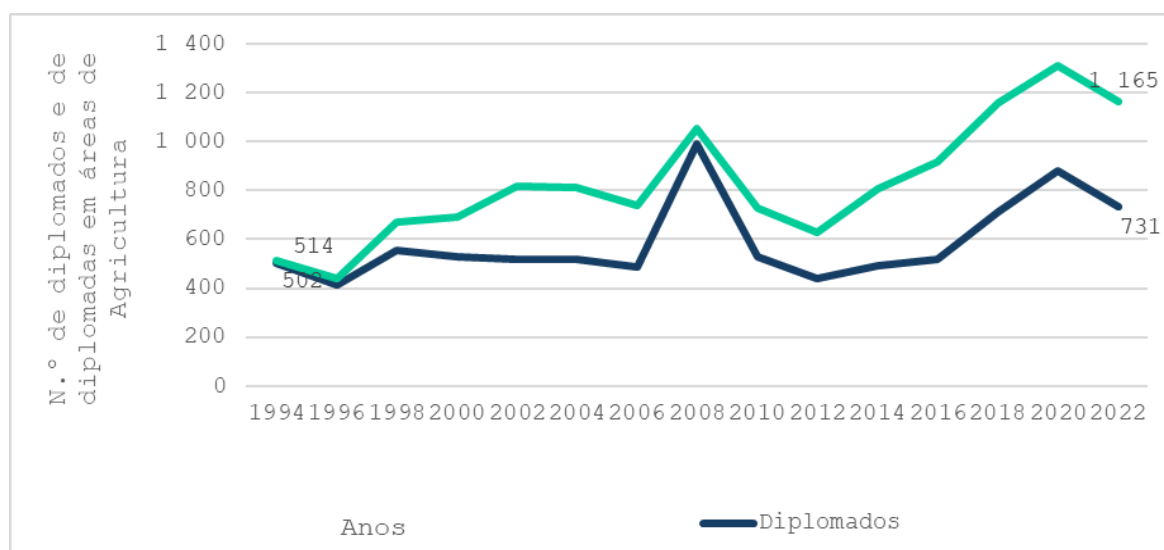
**Figura 5: Evolução do ganho médio mensal entre trabalhadores e trabalhadoras agrícolas e diferencial de ganho, com linha de tendência. Portugal 1985 a 2021.**

Fonte: Elaborado pelas autoras tendo por base dados disponibilizados na Pordata (2023d; 2023e).

<sup>6</sup> De acordo com a metainformação do INE (GEE/ME) (Pordata, 2023d, 2023e), o ganho médio mensal integra o montante que o trabalhador ou a trabalhadora recebe de facto todos os meses, que, adicionalmente à remuneração de base, pode incluir outras remunerações pagas pela entidade empregadora, tais como horas extra, subsídio de férias ou prémios.

Da análise da figura anterior percebe-se que, entre 1985 e 2021 nunca deixou de existir disparidade salarial, no que respeita ao indicador ganho médio mensal) entre trabalhadores e trabalhadoras agrícolas. O ano em que esse diferencial foi mais elevado foi 2012, atingindo uma diferença de 164,8 euros. Nesse mesmo ano o ganho médio mensal dos trabalhadores agrícolas era de 862,9 euros, enquanto das trabalhadoras era de 697,7 euros. A partir desse ano, esse diferencial começou a diminuir, tendo, no entanto, entre 2020 e 2021, voltado a aumentar (em 2021 o diferencial representa 83,0 euros, favoravelmente, para os trabalhadores agrícolas, comparativamente às trabalhadoras agrícolas).

Um outro aspeto que importa analisar é a questão da educação e dos/das estudantes que se encontram a frequentar formação e que se diplomam em áreas relacionadas com a Agricultura<sup>7</sup>. Assim, analisando primeiramente a evolução do número de diplomados e de diplomadas nesta área, constata-se, que no ano de 1994 (primeiro ano disponível a partir da mesma fonte de dados), o número de diplomadas era já superior ao número de diplomados, respetivamente, de 514 e 502. O ano de 2008 foi pautado por um grande pico no número de diplomados e de diplomadas, possivelmente no seguimento da implementação do processo de Bolonha que reduziu o número de anos da licenciatura de cinco ou quatro para três anos. Neste mesmo ano, ocorreu uma aproximação entre os dois coletivos. No entanto, a diferença entre diplomados e diplomadas na área da Agricultura tem vindo a acentuar-se, favoravelmente para o coletivo feminino e, no ano de 2022, há registo de 1 165 diplomadas e de apenas 731 diplomados na área. Esta informação pode ser visualizada na figura seguinte (Figura 6).

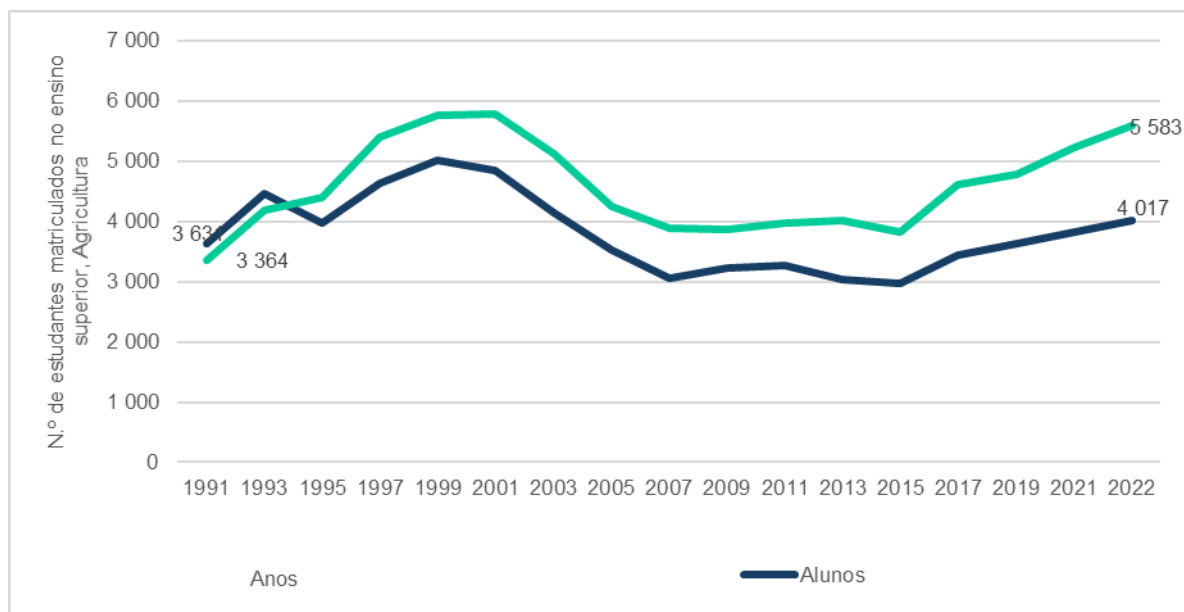


**Figura 6: Evolução dos diplomados e das diplomadas no Ensino Superior na área de Agricultura. Portugal 1994 a 2022.**

Fonte: Elaborado pelas autoras tendo por base dados disponibilizados na Pordata (2024b).

<sup>7</sup> De acordo com a metainformação do INE (Pordata, 2024b), as áreas de educação e formação são os oito tipos de estudos que o aluno pode prosseguir de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE ou ISCED em inglês) da Unesco: 1. Educação; 2. Artes e humanidades; 3. Ciências Sociais, comércio e direito; 4. Ciências, matemática e informática; 5. Engenharia, indústrias transformadoras e construção; 6. Agricultura; 7. Saúde e proteção social; 8. Serviços.

No que respeita a estudantes que frequentam cursos no Ensino Superior na área da Agricultura, destaca-se que em 1995 estes cursos passaram a ter mais alunas matriculadas do que alunos, seguindo a tendência de uma maior frequência de mulheres neste nível de ensino. Assim, em 1991 existiam 3 331 alunos matriculados e 3 364 alunas (correspondendo a mais 267 alunas do que alunos); em 2022, 4 017 alunos frequentavam cursos superiores nesta área e 5 583 alunas (ou seja, as alunas são em maior número, concretamente, 1 566 alunas). Esta informação pode ser visualizada na figura seguinte (Figura 7).



**Figura 7: Evolução dos/das estudantes matriculados em cursos superiores de Agricultura. Portugal 1991 a 2022.**

*Fonte: Elaborado pelas autoras tendo por base dados disponibilizados na Pordata (2023f, 2023g).*

Esta situação é congruente com uma maior presença feminina no ensino superior (na generalidade), que começou a ocorrer de forma progressiva nas décadas de oitenta e de noventa do século XX.

## 6. Discussão dos resultados obtidos

Da análise de dados da população destaca-se que existe uma grande dificuldade na aferição da agregação da informação que possibilite uma análise comparativa exata, contendo séries temporais longas. Tal deve-se à constante alteração na denominação das profissões, que foram evoluindo ao longo das décadas, bem como nas sucessivas mudanças da idade mínima para se poder iniciar uma atividade profissional, a escolaridade obrigatória (Candeias & Simões, 1999), que também foram sendo alteradas ao longo dos anos. Subsequentemente, a determinação da população ativa, assim como o ganho médio mensal, por exemplo, nem sempre é calculada assumindo os mesmos pressupostos. Todas estas alterações, acompanham as ideologias que prevalecem em cada período (Baptista & Alves, 2019). Não obstante, e após a análise da evolução da população ativa, constata-se que nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, já se começou a evidenciar um aumento das taxas de atividade das mulheres, situação que tende a aumentar nas décadas seguintes. Ainda se evidencia que fatores externos, como

a emigração (Baganha, 1994), a guerra colonial, a necessidade de obtenção de um rendimento adicional e a diminuição e controlo da natalidade (Ferreira, 1998), impulsionaram uma maior taxa de atividade feminina. O comportamento dos indicadores neste período temporal foi aferido pela revisão de literatura realizada.

Uma vez que já existe grande disponibilidade de dados, foi possível, a partir da década de oitenta do século XX, analisar em detalhe a evolução dos indicadores, que permitiram dar respostas mais concretas aos Objetivos Específicos formulados no seguimento da questão de investigação. Estas respostas encontram-se resumidas na tabela seguinte (Tabela 1).

**Tabela 1: Resposta aos Objetivos Específicos.**

Objetivos Específicos	Período a que reportam os dados	Resposta
OE1 – Identificar se a evolução da mão-de-obra agrícola feminina acompanhou a taxa de atividade feminina, em Portugal, no período considerado.	1983 a 2022	A taxa de atividade feminina aumentou ao longo do período analisado, aproximando-se da taxa de atividade masculina; enquanto a evolução da mão-de-obra agrícola diminuiu de forma progressiva nos coletivos masculino e feminino.
OE2 – Verificar se ocorreu uma redução do diferencial entre produtores e produtoras agrícolas, no período considerado.	1989 a 2019	Constatou-se uma acentuada diminuição dos produtores agrícolas, enquanto o número de produtoras agrícolas se manteve praticamente constante. Conclui-se que ocorreu uma redução do diferencial entre produtores e produtoras agrícolas no período considerado.
OE3 - Verificar se ocorreu uma redução do diferencial entre dirigentes agrícolas (homens e mulheres), no período considerado.	1989 a 2019	Na sequência do indicador anterior, também o número de dirigentes agrícolas do sexo masculino sofreu uma acentuada diminuição, enquanto o número de dirigentes agrícolas do sexo feminino se manteve praticamente constante, verificando-se um pequeno acréscimo a partir de 2016. Assim, constata-se que ocorreu uma redução do diferencial entre dirigentes agrícolas do sexo masculino e do sexo feminino.
OE4 – Constatar se ocorreu diminuição entre a disparidade do ganho médio mensal entre trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, no período considerado.	1985 a 2021	No que respeita ao diferencial no ganho médio mensal, apesar de haver evidências de que continuam a existir diferenças entre os coletivos masculino e feminino, a partir de 2012 (ano com o diferencial mais elevado), o diferencial no ganho médio mensal tem vindo a atenuar-se. Destaca-se a exceção para o ano de 2021, em que o indicador diferencial de ganho voltou a aumentar).
OE5 – Verificar se tem ocorrido aumento das diplomadas e dos diplomados e de estudantes inscritos nas áreas de Agricultura, no período considerado.	1994 a 2022 1991 a 2022	Tanto o número de diplomadas, como o número de alunas inscritas na área de Agricultura no Ensino Superior, é mais elevado do que o número de diplomados e de alunos inscritos na mesma área.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De uma análise global às respostas aos objetivos específicos é perceptível observar que longo do período analisado, a taxa de atividade feminina aumentou, aproximando-se cada vez mais da masculina. Em sentido oposto, a participação da mão-de-obra agrícola sofreu uma queda gradual nos dois coletivos, em parte devido ao crescimento da terceirização e à abertura de novos caminhos profissionais para as mulheres, facilitados pela sucessiva implementação de novos diplomas legais, especialmente após o fim da ditadura, tal como suportado por Barreto (2002) e Wall et al. (2014).

A transformação na atividade agrícola, apoiada na crescente maquinização, no desaparecimento de algumas explorações agrícolas e na terceirização da atividade económica (esta sim, que gerou postos de trabalho remunerado para as mulheres), conduziu, inevitavelmente, a uma significativa diminuição no número de produtores agrícolas, mantendo-se o número de produtoras praticamente estável.

Uma situação semelhante ocorre entre os dirigentes agrícolas, verificando-se, no entanto, um ligeiro aumento do número de mulheres a assumir estas funções (a partir de 2016). Efetivamente, o aumento de mulheres neste cargo é congruente e compatível com o aumento do número de mulheres diplomadas em áreas relacionadas com a Agricultura e afins, superando já, também à semelhança de outras áreas científicas, o número de homens diplomados.

Finalmente, importa mencionar as assimetrias encontradas nas questões salariais. Se por um lado, as mulheres aumentaram a sua escolaridade e acederam a funções de dirigentes agrícolas, os salários não acompanharam essa tendência, mantendo-se uma situação de não equidade persistente e perniciosa.

## **7. Conclusões e limitações**

Como principais conclusões da presente investigação, salienta-se a crescente e reiterada participação da mulher portuguesa no mercado de trabalho remunerado, perceptível através do aumento da taxa de atividade feminina, que se tem aproximado, cada vez mais, da taxa de atividade masculina.

De forma a dar resposta à questão de investigação inicialmente formulada “De que forma evoluiu o papel e o contributo da mulher na área agrícola, desde o início do século XX até à atualidade, na economia portuguesa?”, destaca-se que apesar de ao longo do século XX e até, essencialmente, ao final da década de sessenta, a mulher ter assumido um papel de invisibilidade (forçadamente imposto de forma social), o seu papel foi fundamental, uma vez que foi colmatando falhas na mão-de-obra, em função dos movimentos populacionais anteriormente descritos, contrabalançando também o parco rendimento do agregado familiar e cuidando dos campos, não deixando estes ao abandono. Sendo, na sua grande maioria analfabetas, o seu trabalho foi de um valor inestimável, numa altura em que o conhecimento era limitado e vedado à maioria da população portuguesa.

Com o desenvolvido da indústria e dos serviços, crescente mecanização da agricultura, possibilidade no acesso à educação, já numa fase posterior ao final da ditadura, o seu papel vai-se moldando progressivamente a estas novas condicionantes. Atualmente, a mulher na agricultura assume um papel de destaque, estando presente em todas as esferas analisadas. Com presença como produtora agrícola, ou como dirigente agrícola, não é indiferente o facto de ter elevado a sua escolaridade e de se posicionar através de um forte processo de profissionalização, que lhe permite uma presença sustentável num mercado de trabalho concorrencial e num setor de atividade que, apesar de muitas vezes negligenciado, é fundamental para a sobrevivência humana. Não obstante, destaca-se ainda a perniciosa desigualdade salarial que teima em persistir entre os coletivos masculino e feminino.

As autoras consideram como principais limitações do estudo, a inexistência de séries temporais longas e com dados homogéneos, que permitam aferir fazer uma análise mais longo e continua dos objetivos a que se propuseram.

**8. Referências**

- Baptista, F. O. (1994). A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social*, 907-921.
- Baptista, V. D. R., & Alves, P. A. (2019). As Mulheres trabalhadoras em Portugal (1890-1970). In *Actas de las XIV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y IX Congreso Iberoamericano de Estudios de Género* (pp. 523-531). Universidad Nacional de Mar del Plata.
- Baganha, M. I. B. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise social*, 959-980.
- Barreto, A. (2002). *Mudança social em Portugal, 1960-2000. Portugal Contemporâneo*. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa.
- Bellato, S. (2023). A representação da mulher nas revistas femininas portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974): um estudo exploratório.
- Bouquet, M. (1986). A mulher e a unidade de análise. *Análise Social*, 22(92/93), 621-631.
- Candeias, A., & Simões, E. (1999). Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, 17(1), 163-194.
- Carmo, R. M. D. (2010). A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48, 9-22.
- Carrilho, M. J. (1996). População activa: Conceito e extensão através dos censos. *Instituto Nacional de Estatística*.
- Carvalho, P. (2008). União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural. *Cadernos de Geografia*, N.º 26/27, 67-76.
- Cerqueira, C. P. B., & Cabecinhas, R. (2012). Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos media: da (inov) ação legislativa à mudança social. *Revista ex æquo*, n.º 25, 105-118.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2023). Portugal Mais Igual – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030. <https://www.cig.gov.pt/estrategia-nacional-para-a-igualdade-e-a-nao-discriminacao-2018-2030-portugal-igual/>.
- Coelho, L. (2010). *Mulheres, família e desigualdade em Portugal*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Cova, A., & Pinto, A. C. (1997). O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, (17), 71-94.
- Delgado, C. (2017). Agricultura urbana, espaço de protagonismo feminino: Dinâmicas e potencialidades. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 37, 63-81.
- Ferreira, V. (1998). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (52-53), 199-227.
- Goh, M. L., Ang, E. N., Chan, Y. H., He, H. G., & Vehviläinen-Julkunen, K. (2016). A descriptive quantitative study on multi-ethnic patient satisfaction with nursing care measured by the Revised Humane Caring Scale. *Applied Nursing Research*, 31, 126-131.
- Gomes, D. (2022). Uma análise multifuncional da agricultura familiar com enfoque na desigualdade de género. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Gomes, D., Jesus, M., Rosa, R., Bandeira, C., & Costa, C. A. D. (2022). Women in family farming: Evidence from a qualitative study in two Portuguese inner regions. *Frontiers in Sociology*, 7, 939590. Doi: 10.3389/fsoc.2022.939590.
- Gonçalves, L. P., & Machado, V. A. (2021). Mulheres que trabalham: As representações profissionais das mulheres nos estados novos de Getúlio Vargas e António Salazar. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 72, 335-358.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2007). *Manual de investigação em ciências sociais*. (7ª Edição). Gradiva.

- Monteiro, R. (2010). Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo. In CITE (ed.). *A igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias* (31-56). Lisboa: CITE.
- Pordata. (2023a). *Mão de obra agrícola: total e por sexo*. Consultado em 06 de setembro de 2023 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2023b). *Produtores agrícolas singulares: total e por sexo*. Consultado em 06 de setembro de 2023 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2023c). *Dirigentes de explorações agrícolas: total e por sexo*. Consultado em 06 de setembro de 2023 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2023d). *Ganho médio mensal dos trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem: total e por setor de atividade económica*. Consultado em 05 de setembro de 2023 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2023e). *Ganho médio mensal dos trabalhadores do sexo feminino por conta de outrem: total e por setor de atividade económica*. Consultado em 05 de setembro de 2023 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2023f). *Alunos do sexo masculino matriculados no ensino superior: total e por área de educação e formação*. Consultado em 05 de setembro de 2023 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2023g). *Alunos do sexo feminino matriculados no ensino superior: total e por área de educação e formação*. Consultado em 05 de setembro de 2023 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2024a). *Taxa de atividade: total e por sexo (%)*. Consultado em 15 de fevereiro de 2024 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2024b). *Diplomados do sexo masculino no ensino superior: total e por área de educação e formação*. Consultado em 17 de fevereiro de 2024 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Pordata. (2024c). *Diplomados do sexo feminino no ensino superior: total e por área de educação e formação*. Consultado em 17 de fevereiro de 2024 em <https://www.pordata.pt/pt/>.
- Silva, M. C. (2000). A agricultura portuguesa, o Estado e a PAC europeia. *Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol. 13*, 51-80.
- Silva, S. M. (2010). *Mulheres e feminilidade em culturais ocupacionais de hegemonia masculina*. In CITE (ed.). *A igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias* (293-332). Lisboa: CITE.
- Vaquinhas, I. (2009). Estudos sobre a história das mulheres em Portugal: as grandes linhas de força do século XXI. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 6(1), 241-253.
- Wall, K. (1986). A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo. *Análise Social*, 22(92/93), 661-668.
- Wall, K., Cunha, V., & Ramos, V. (2014). Evolução das estruturas demográficas em Portugal, 1960-2011. *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, 43-60.